

## MINISTÉRIO DA SAÚDE

### Gabinete do Ministro

**Despacho n.º 24 254/2003 (2.ª série).** — 1 — Nos termos dos n.ºs 1 e 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto, nomeio o engenheiro Francisco Manuel Gonçalves dos Santos para o exercício das funções inerentes ao cargo de vogal executivo do conselho de administração do Hospital de Reynaldo dos Santos — Vila Franca de Xira.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 17 de Novembro de 2003.

10 de Novembro de 2003. — O Ministro da Saúde, *Luís Filipe Pereira*.

**Despacho n.º 24 255/2003 (2.ª série).** — 1 — Nos termos dos n.ºs 1 e 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto, nomeio o Dr. Mário de Figueiredo Bernardino para o exercício das funções inerentes ao cargo de presidente do conselho de administração do Hospital de Reynaldo dos Santos, Vila Franca de Xira.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 17 de Novembro de 2003.

10 de Novembro de 2003. — O Ministro da Saúde, *Luís Filipe Pereira*.

**Despacho n.º 24 256/2003 (2.ª série).** — A Comissão Nacional de Saúde da Mulher e da Criança desempenhou um importante papel na promoção da saúde e prevenção da doença da população portuguesa, até ao fim do seu mandato, na melhor continuidade do que havia sido iniciado com a Comissão de Saúde Materno-Infantil e mais tarde a Comissão Nacional de Saúde Infantil e a Comissão de Saúde da Mulher e da Criança.

No sentido de se continuar a desenvolver as duas vertentes, no âmbito da execução da estratégia de saúde para o País, torna-se importante e necessário autonomizar as áreas de intervenção correspondentes à saúde materna e neonatal, por um lado, e por outro, da criança e do adolescente.

Havendo por bem, na necessária autonomização, criar a Comissão Nacional de Saúde Materna e Neonatal, determino:

1 — É criada, na minha directa dependência, a Comissão Nacional da Saúde Materna e Neonatal, adiante designada por Comissão, pelo período de três anos, composta pelos seguintes membros:

- a) Albino Aroso Ramos, médico ginecologista, que preside;
- b) António Honrado Lucas — chefe de serviço de neonatologia do Hospital de São Francisco Xavier;
- c) António Marques — enfermeiro-chefe de serviço de neonatologia da Maternidade Daniel de Matos;
- d) António Pereira Coelho — professor da Faculdade de Medicina de Lisboa e chefe de serviço de obstetrícia e ginecologia do Hospital de Santa Maria;
- e) Belmiro Patrício — professor da Faculdade de Medicina do Porto e director do Departamento de Obstetrícia e Ginecologia do Hospital de São João;
- f) José Carlos Peixoto — chefe de serviço de neonatologia do Hospital Pediátrico de Coimbra;
- g) Maria Constantina Carvalho Sousa e Silva — chefe de serviço de medicina geral e familiar e responsável pela saúde da mulher e da criança da Direcção de Serviços da Saúde da Sub-Região de Saúde do Porto;
- h) Octávio Cunha — professor do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade do Porto e director do serviço de neonatologia do Hospital de Santo António;
- i) Olinda Moreira — enfermeira-chefe especialista em saúde materna e obstétrica da Maternidade do Dr. Alfredo da Costa;
- j) Paulo Moura — professor da Faculdade de Medicina de Coimbra e assistente graduado de obstetrícia da Maternidade Daniel de Matos;
- k) Purificação Araújo — médica obstetra ginecologista.

2 — Compete à Comissão:

- a) Estudar, na área que lhe diz respeito, o tipo de ligação entre as diferentes unidades hospitalares e os centros de saúde, independentemente da sua natureza jurídica e modelos de gestão, propondo alterações quanto ao planeamento e organização do sector, designadamente das maternidades;
- b) Desenvolver e propor programas de controlo de qualidade;
- c) Actualizar e acompanhar os dados estatísticos referentes à mortalidade materna e perinatal e suas causas evitáveis;
- d) Estudar as «bolsas» de problemas que exigem programas específicos, como patologias (sida, hipertensão, diabetes, etc.), e

a sua incidência nos denominados grupos desfavorecidos e sua referência para centros especializados;

- e) Propor a revitalização do funcionamento das unidades coordenadoras funcionais e respectivo apoio, conforme previsto na legislação;
- f) Inventariar os recursos humanos actuais, os previsíveis e os necessários para os próximos 10 anos em obstetras/ginecologistas, neonatologistas, anestesistas e enfermeiros especialistas na área materna e neonatal;
- g) Acompanhar a temática da gravidez, contracepção e rastreio das doenças sexualmente transmissíveis na adolescência, nomeadamente em colaboração com os serviços dos Ministérios da Justiça, Segurança Social e Trabalho, Educação e Ciência e do Ensino Superior;
- h) Acompanhar a valorização do papel dos enfermeiros especialistas no controlo das grávidas sem riscos previsíveis;
- i) Desenvolver e acompanhar os aspectos técnicos e organizativos, equipamentos e problemas éticos e deontológicos no âmbito do diagnóstico pré-natal;
- j) Intervir no âmbito dos trabalhos conducentes à problemática da violência doméstica e saúde materna e neonatal, nomeadamente pela sua colaboração com os serviços do Ministério da Justiça;
- l) Intervir no âmbito da avaliação do custo/benefício de todos os exames feitos às grávidas, tendo por base os dados científicos e epidemiológicos dos estudos feitos pela Organização Mundial de Saúde e sociedades científicas;
- m) Colaborar na elaboração de panfletos e cartazes sobre estilos de vida saudáveis, com especial atenção às grávidas e mães que amamentam, em articulação com outras instituições, nomeadamente o Conselho de Prevenção do Tabagismo, Instituto de Cardiologia, Centro de Estudos de Nutrição e outros;
- n) Funcionar como órgão de consulta do Ministro da Saúde nas áreas da sua competência específica.

3 — Os estabelecimentos e serviços integrados no Serviço Nacional de Saúde (SNS), independentemente da sua natureza jurídica e da rede de prestação de cuidados em que estiverem integrados, bem como os serviços centrais e regionais do Ministério da Saúde, devem prestar, no âmbito das suas atribuições e competências dos respectivos dirigentes, todo o apoio que lhes for solicitado pela Comissão, tendo em vista o cabal e tempestivo desempenho da sua missão.

4 — Sem prejuízo do disposto no n.º 1, a Comissão pode agregar, a título permanente ou temporário, outros elementos pertencentes a serviços ou estabelecimentos dependentes do Ministério da Saúde, integrados ou não no SNS, que venham, pelo decurso do desenvolvimento da missão, a mostrar-se necessários, bem como, por motivos idênticos, pode, com o meu acordo, solicitar a colaboração e apoio técnico de outras pessoas, entidades ou organizações, nacionais ou internacionais.

5 — Os membros da Comissão ou outros elementos pertencentes a estabelecimentos e serviços integrados no SNS que com ela estejam ou sejam solicitados a colaborar são dispensados dos seus serviços para participar nas reuniões e trabalhos da mesma sempre que convocados pelo seu presidente e notificados, com a antecedência possível, das suas ausências os órgãos máximos de gestão das instituições no âmbito das quais exercem a sua actividade ordinária.

6 — A Comissão funciona em instalações cedidas pelo Ministério da Saúde, competindo ao Departamento de Modernização e Recursos da Saúde o apoio administrativo e técnico directos à Comissão, sem prejuízo do disposto no n.º 3.

7 — As despesas subjacentes às ajudas de custo dos membros da Comissão ou de outros elementos que com ela colaborem, decorrentes das suas reuniões ou actividades, são suportadas pelo Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde.

8 — É extinta a Comissão Nacional de Saúde da Mulher e da Criança, sendo por esse motivo revogados todos os despachos a ela referentes.

13 de Novembro de 2003. — O Ministro da Saúde, *Luís Filipe Pereira*.

**Despacho n.º 24 257/2003 (2.ª série).** — A Comissão Nacional de Saúde da Mulher e da Criança desempenhou um importante papel na promoção da saúde e prevenção da doença da população portuguesa, até ao fim do seu mandato, na melhor continuidade do que havia sido iniciado com a Comissão de Saúde Materno-Infantil e mais tarde a Comissão Nacional de Saúde Infantil e a Comissão de Saúde da Mulher e da Criança.

No sentido de se continuar a desenvolver as duas vertentes, no âmbito da execução da estratégia de saúde para o País, torna-se importante e necessário autonomizar as áreas de intervenção correspondentes à saúde materna e neonatal, por um lado, e por outro, da criança e do adolescente.

Assim, e havendo que criar a Comissão Nacional da Saúde da Criança e do Adolescente, determino:

1 — É criada, na minha directa dependência, a Comissão Nacional da Saúde da Criança e do Adolescente, adiante designada por Comissão, pelo período de três anos, composta pelos seguintes membros:

- a) Maria do Céu Soares Machado, directora do Departamento da Criança do Hospital Fernando da Fonseca, que preside;
- b) João Sousa Falcão Estrada, assistente graduado de pediatria do Hospital de D. Estefânia;
- c) Luís Augusto Coelho Pisco, chefe de serviço de medicina geral e familiar;
- d) Maria José Almeida Marques Araújo, enfermeira-chefe do Hospital Garcia de Orta, em Almada;
- e) Rui Manuel Fialho Rosado, chefe de serviço de pediatria cirúrgica do Hospital de Évora;
- f) Luís Carlos Januário dos Santos, chefe de serviço do Hospital Pediátrico de Coimbra;
- g) Júlio Augusto Bilhota Salvado Xavier, director do serviço de pediatria do Hospital de Leiria;
- h) Maria Júlia Corte Real d'Eça Guimarães, professora de Pediatria da Faculdade de Medicina do Porto;
- i) José Jerónimo Gonçalves Arêlo Manso, director de pediatria do Hospital de Vila Real (Trás-os-Montes);
- j) Maria Manuela Fleming, professora de Psicologia do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar.

2 — Compete à Comissão:

- a) Estudar, na área que lhe diz respeito, o tipo de ligação entre as diferentes unidades hospitalares e os centros de saúde, independentemente da sua natureza jurídica e modelos de gestão, propondo alterações quanto ao planeamento e organização de serviços e sugerindo recomendações após a análise das modificações entretanto verificadas nos últimos dois anos;
- b) Aferir das matérias no domínio comportamental e gerar recomendações, de cariz preventivo e correctivo, articulando-se para tal com outras comissões e organismos de apoio à criança e adolescente na esteira da eficácia da acção governamental;
- c) Propor e criar condições tendentes à melhoria do ambiente mais propício ao saudável desenvolvimento físico, psíquico e comportamental desse grupo etário;
- d) Funcionar como órgão de consulta do Ministro da Saúde nas áreas da sua competência específica.

3 — Os estabelecimentos e serviços integrados no Serviço Nacional de Saúde (SNS), independentemente da sua natureza jurídica e da rede de prestação de cuidados em que estiverem integrados, bem como os serviços centrais e regionais do Ministério da Saúde, devem prestar, no âmbito das suas atribuições e competências dos respectivos dirigentes, todo o apoio que lhes for solicitado pela Comissão, tendo em vista o cabal e tempestivo desempenho da sua missão.

4 — Sem prejuízo do disposto no n.º 1, a Comissão pode agregar, a título permanente ou temporário, outros elementos pertencentes a serviços ou estabelecimentos dependentes do Ministério da Saúde, integrados ou não no SNS, que venham, pelo decurso do desenvolvimento da missão, a mostrar-se necessários, bem como, por motivos idênticos, pode, com o meu acordo, solicitar a colaboração e apoio técnico de outras pessoas, entidades ou organizações, nacionais ou internacionais.

5 — Os membros da Comissão ou outros elementos pertencentes a estabelecimentos e serviços integrados no SNS que com ela estejam ou sejam solicitados a colaborar são dispensados dos seus serviços para participar nas reuniões e trabalhos da mesma sempre que convocados pelo seu presidente e notificados, com a antecedência possível, das suas ausências os órgãos máximos de gestão das instituições no âmbito das quais exercem a sua actividade ordinária.

6 — A Comissão funciona em instalações cedidas pelo Ministério da Saúde, competindo ao Departamento de Modernização e Recursos da Saúde o apoio administrativo e técnico directos à comissão, sem prejuízo do disposto no n.º 3.

7 — As despesas subjacentes às ajudas de custo dos membros da Comissão ou de outros elementos que com ela colaborem, decorrentes das suas reuniões ou actividades, são suportadas pelo Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde.

13 de Novembro de 2003. — O Ministro da Saúde, *Luís Filipe Pereira*.

**Despacho n.º 24 258/2003 (2.ª série).** — 1 — Nos termos dos n.ºs 1 e 5 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto, nomeio o Dr. Abílio Jorge Ferreira Lacerda, vogal não executivo do conselho de administração da Maternidade do Dr. Alfredo da Costa, para o exercício das funções de director clínico.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 26 de Novembro de 2003.

19 de Novembro de 2003. — O Ministro da Saúde, *Luís Filipe Pereira*.

**Despacho n.º 24 259/2003 (2.ª série).** — 1 — Nos termos dos n.ºs 1 e 5 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto, nomeio a enfermeira Maria Gabriela Ribeiro de Matos Fernandes Croft de Moura, vogal não executivo do conselho de administração da Maternidade do Dr. Alfredo da Costa, para o exercício das funções de enfermeira-directora.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 26 de Novembro de 2003.

19 de Novembro de 2003. — O Ministro da Saúde, *Luís Filipe Pereira*.

## Administração Regional de Saúde do Algarve

### Sub-Região de Saúde de Faro

**Aviso n.º 13 412/2003 (2.ª série).** — Por deliberação do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Algarve de 25 de Setembro de 2003 foram ratificados os contratos de trabalho a termo certo pelo período de três meses, renováveis, até ao limite de seis meses, ao abrigo do n.º 3 do artigo 18.º-A do Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 53/98, de 11 de Março, e pelo Decreto-Lei n.º 68/2000, de 26 de Abril, aos profissionais colocados nos serviços de âmbito sub-regional e nos centros de saúde a seguir indicados:

#### Serviços de âmbito sub-regional

Sandra Louro Brito, técnica superior de 2.ª classe — início a 1 de Outubro 2003.  
 Jorge Martins Lami Leal, técnico de 2.ª classe — início a 6 de Outubro 2003.  
 Ana Isabel Peres G. Martins, assistente administrativa — início a 1 de Outubro 2003.  
 Sara Cristina Silva G. de Aguiar, assistente administrativa — início a 1 de Outubro 2003.  
 Rita Margarida M. B. F. Encarnação, assistente administrativa — início a 1 de Outubro 2003.  
 Maria da Conceição C. Sequeira, assistente administrativa — início a 1 de Outubro 2003.  
 Manuela da Conceição S. F. Santos, assistente administrativa — início a 1 de Outubro 2003.  
 Susana Luísa Santos F. Cavaco, assistente administrativa — início a 1 de Outubro 2003.  
 João Manuel Sousa Catarina, assistente administrativo — início a 1 de Outubro 2003.  
 Andreia Bento S. A. Cabeleira, assistente administrativa — início a 1 de Outubro 2003.  
 Carla Patrícia G. Lourenço, assistente administrativa — início a 20 de Outubro 2003.  
 Vitalino Barracosa da Silva, auxiliar de apoio e vigilância — início a 1 de Outubro 2003.  
 Pedro Miguel Ribeiro Galhardas, auxiliar de apoio e vigilância — início a 1 de Outubro 2003.  
 Sónia Cristina Palma B. Guerreiro, auxiliar de apoio e vigilância — início a 1 de Outubro 2003.

#### Centro de Saúde de Albufeira

Filipa José Guerreiro Martins, assistente administrativa — início a 1 de Outubro 2003.  
 Ana Paula Silva Sacramento, auxiliar de apoio e vigilância — início a 5 de Outubro 2003.

#### Centro de Saúde de Castro Marim

Inmaculada Concepcion R. Romero, enfermeira de nível 1 — início a 1 de Outubro 2003.  
 Maria Del Vale Vera Lopez, enfermeira de nível 1 — início a 1 de Outubro 2003.

#### Centro de Saúde de Faro

Estela Cristina Tavares, assistente administrativa — início a 23 de Outubro 2003.